



Nº 825 Este caderno faz parte integrante do Diário de Notícias nº 57 032

Produção de vinho cai cerca de 40% no Douro

PÁG. 12

“Não podemos fechar os ecossistemas à inovação. Devemos ver as cidades como laboratórios vivos”

LUÍS BAPTISTA-REIS
Diretor-geral de Mobilidade e Transportes da Axians

PÁGS. 14-15



LEONARDO NEGRÃO

Novos projetos de media enfrentam desafios de escala, rentabilidade e transparência PÁGS. 6-8

PRR

Empresas privadas e escolas lideram nas verbas do PRR, mas autarquias, empresas públicas e sector científico ficam para trás

PÁGS. 4-5

DISTRIBUIÇÃO

Autoridade da Concorrência dá luz verde à compra da Grudisul pelo Grupo Bel

PÁG. 13

RESULTADOS DA ALTICE

EBITDA da MEO cai, mas receitas sobem até junho

PÁG. 13



O que nos ensina Maria Luís Albuquerque?

MARGARIDA VAQUEIRO LOPES
Editora-executiva

Esta semana, durante a sua intervenção na Universidade de Verão do PSD, a comissária europeia com o pelouro dos Serviços Financeiros e União de Poupança e Investimento, fez algo que, em Portugal, ainda é raro em política: mostrou-se arrependida. Arrependida e favorável à reversão de uma medida que tomou quando ocupava o cargo de ministra das Finanças. Entre 2013 e 2015, Maria Luís integrou o Executivo de Pedro Passos Coelho, estava Portugal sob intervenção da chamada *troika* – o triunvirato constituído por Fundo Monetário Internacional, Comissão Eu-

ropeia e Banco Central Europeu.

Na altura, uma das medidas implementadas pela tutela foi o aumento, em sete pontos percentuais, da chamada taxa liberatória – o imposto aplicado sobre juros de depósitos, rendas e rendimentos de capital. Ainda hoje, a taxa liberatória está fixada nos 28%.

“Há uma medida que eu não gostei nada de tomar e que, hoje, com as funções e a responsabilidade que tenho, ainda gosto menos: foi quando aumentámos a taxa liberatória dos 21% para os 28%”, disse Maria Luís Albuquerque. Acrescentando: “Esta é uma decisão que eu gostaria de poder não ter tomado” e que, se voltasse a ser ministra das Finanças, cenário que afastou: “Gostaria de reverter.”

Numa altura em que a grande maioria dos nossos governantes está cheia de certezas, mesmo quando elas lhes vão explodindo na cara numa sucessão de decisões que nem sempre são acertadas – algo que faz parte da condição humana e que, em si, não tem nada de dramático –, as palavras de Maria Luís Albuquerque surgem como uma espécie de brisa no deserto, que nos enche de esperança. Não



Como na ciência, também nos negócios e na governação não há forma de fazer melhor sem errar.

porque a comissária vá reverter algo do que fez, mas porque dá um sinal importante: a de que até os mais firmes e assertivos governantes são capazes, mesmo que *a posteriori*, de admitir que erraram.

Apesar de continuar a defender que não tinha muitas hipóteses em relação à necessidade de aumento de impostos, facto é que aumentou uma das taxas que mais penaliza as poupanças de um povo que já tem, historicamente, taxas de poupança significativamente abaixo dos pares europeus – no primeiro trimestre deste ano a taxa de poupança, em Portugal, era de 12,2%, abaixo dos 15,7% da média europeia, segundo dados do Banco de Portugal.

Emendar a mão – de preferência quando ainda se pode ser consequente – é algo que não é muito bem-visto no nosso país, onde a aversão à admissão do erro nos impede, muitas vezes, de arriscar e crescer mais. Como na ciência, também nos negócios e na governação não há forma de fazer melhor sem errar. Encarar o erro como parte do processo, aprender com ele e tentar fazer melhor é o que nos faz ser melhores.

Daí que esta afirmação da antiga ministra das Finanças, ainda que possa vir tarde, seja tão importante. Porque nos recorda a todos – e sobretudo aos seus sucessores – da importância de avaliar, de forma séria e comprometida, as decisões que são tomadas em cada momento. Para que, havendo contexto que o permita, se possa recuar no caso de se chegar à conclusão de que a decisão foi errada.

Historicamente, não foi quem achou que fez tudo certo que marcou o curso da nossa existência. Foi precisamente quem sempre teve noção das suas limitações e não teve medo em assumi-las. Tal como Albert Einstein, cuja frase dirigida a um dos seus estudantes, certa vez, devíamos todos carregar connosco na memória: “Não precisas de ter tanto cuidado... Também há *papers* incorretos com o meu nome.”

em alta
& em baixa



Luís Rodrigues

O CEO da TAP anunciou esta semana que a companhia aérea conseguiu fechar o 2.º trimestre do ano com resultados positivos – apesar de não evitar os prejuízos do semestre. São notícias positivas para a empresa, que tem estado sob holofotes desde o mês passado, quando teve início o processo de reprivatização de 49,9% do seu capital. O decreto-lei prevê que o investidor privado possa ficar com mais do que 44,9% da companhia, se os trabalhadores não comprarem os 5% que lhes estão reservados.



Éric Lombard

O ministro das Finanças francês, Éric Lombard, avisou os franceses, durante uma entrevista à rádio France Inter, que se o Governo de Bayrou não passar na moção de confiança marcada para setembro, o país fica em risco de ser intervencionado pelo FMI. As suas palavras foram entretanto desdidas pelo ministro da Economia, que garante que um resgate não está em cima da mesa, mas o cenário está criado. “É um risco que o FMI intervenha, se a situação financeira se deteriorar”, considerou Lombard.



PORTUGAL

Men's Health

20 FORMAS FÁCEIS DE EMAGRECER
QUE NUNCA EXPERIMENTOU

TENDÊNCIA FÉRIAS SENSUAIS A DOIS
RESORTS, PRAIAS E CRUZEIROS PARA REALIZAR TODAS AS FANTASIAS
Pag. 108

AS MELHORES REFEIÇÕES PARA UM CORPO FIT

BEST DE MW
PERFUMES, DESODORIZANTES E PROTETORES SOLARES

10 EVENTOS MAIS DESAFIANTES DO MUNDO

MUDÁMOS O
MICKAEL CARREIRA
PERDEU 14,2KG E GANHOU 3,3KG DE MÚSCULO
NOVO CORPO, NOVA ENERGIA, NOVA MENTALIDADE

JÁ NAS BANCAS
EDIÇÃO JULHO/AGOSTO



Empresas privadas e escolas lideram nas verbas do PRR, mas autarquias, empresas públicas e setor científico ficam para trás

Portugal está atrasado no pagamento do PRR, mas não é caso único. Estudo nota lentidão nas áreas da habitação e construção por falta de capacidade instalada no setor empresarial

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO** luis.ribeiro@dn.pt

Os beneficiários finais que estão a receber mais rapidamente os apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) são famílias, escolas e empresas privadas, de acordo com informações da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, que fez o levantamento dos dados disponíveis até ao passado dia 20 de agosto.

Todos estes conjuntos de beneficiários finais registam taxas de pagamento superiores a 50% do valor total que lhes foi atribuído (e aprovado).

Segundo a missão do PRR, uma entidade criada pelo anterior Governo do PS, em maio de 2021, “com os objetivos de negociar, contratualizar e monitorizar a execução” do Plano dos 22,5 mil milhões de euros (no caso português), a taxa de execução nacional continua relativamente baixa, mas em linha com a média europeia. Ou seja, a maioria dos países estão atrasados, seja na aprovação de metas, nas reformas e obras a fazer, ou na execução financeira propriamente dita.

É por essa razão que vários responsáveis já começam a falar da necessidade de prolongar os prazos do PRR (aprovação de verbas

e pagamentos efetivos de fundos) para além de 2026, caso contrário muito do dinheiro será desperdiçado ou não será usado.

Em Portugal, foram pagos apenas 39% dos fundos aprovados quando falta pouco mais de um ano para o PRR terminar (final de 2026).

O PRR foi criado em meados de 2021 para ajudar as economias europeias a recuperarem da destruição do tempo da pandemia covid-19 e, ato contínuo, fazerem mais reformas estruturais orientadas para as altas tecnologias e mais amigas do ambiente.

Segundo a Estrutura de Missão presidida por Fernando Alfiante, o PRR português tem um total de 22,5 mil milhões de euros para distribuir. Mas, passados quase quatro anos de Plano, só foram pagos 8,8 mil milhões de euros. Dá a referida taxa de lamentação de 39%.

O setor das “famílias” é o que tem recebido mais rápido. Quase 83% dos fundos inicialmente atribuídos já foram pagos, isto é, 262 milhões de euros já chegaram a estes beneficiários finais.

As escolas públicas e outras, que estão a usar o PRR para se modernizarem tecnologicamente e investir em energias renováveis, por exemplo, já conseguiram

receber 600 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de pagamento de quase 58% do total atribuído.

O universo enorme das “empresas privadas” ficou com a parte de leão do PRR – foram-lhe destinados 6,4 mil milhões de euros, quase 30% do pacote total. Até 20 de agosto, receberam efetivamente 3,2 mil milhões de euros do PRR, o que corresponde a uma taxa de pagamento de 50,3%.

Um pouco mais atrasadas estão as verbas para as instituições do Ensino Superior: dos 844 milhões de euros marcados para o setor das universidades e institutos, foram transferidos 353 milhões de euros (execução de 42%).

Bem pior está o universo que congrega a maioria dos serviços públicos, incluído instituições do sistema científico e tecnológico, empresas públicas e autarquias.

Nas autarquias, os atrasos de pagamentos do PRR são significativos, muito elevados, mesmo. Segundo a missão, municípios e freguesias receberam apenas 25% dos valores prometidos, cerca de 1,1 mil milhões de euros de um total previsto de 4,4 mil milhões. É o pior caso quando se vê em detalhe a implementação fi-



REINALDO RODRIGUES

nanceira por tipo de beneficiário.

O setor das empresas públicas não está muito melhor. Recebeu só 875 milhões de euros, 30% dos 2,9 mil milhões de euros que viu serem aprovados pelas autoridades.

As instituições do sistema científico e tecnológico estão quase na mesma: têm uma verba total a receber de 659 milhões de euros até final de 2026, mas só lhes foi pago 222 milhões de euros.



25%
Municípios e freguesias receberam apenas 25% do prometido, cerca de 1,1 mil milhões de euros

Pedro Avelar, economista do BPI Research que costuma seguir este tema, confirma que “apenas 39% do montante total aprovado no PRR foi entregue aos beneficiários finais até ao final de julho de 2025”.

“O desenvolvimento dos projetos aparenta estar atrasado, faltando menos de um ano e meio até ao término do prazo para a sua execução”, considera.

Os piores casos, confirma o economista, são de facto “a execução dos projetos ao nível das autarquias e das empresas públicas, que permanece a baixo ritmo, com menos de 30% dos fundos orçamentados já entregues”.

Já as famílias “constituem o grupo que recebeu mais fundos em termos percentuais”, mais de 80% do total aprovado.

O PRR está organizado por grandes temas e tipos de reformas estruturais, as chamadas “dimensões”.

Segundo Pedro Avelar, “em termos de dimensões, a transição digital é a que apresenta um nível de execução mais elevado,



com 45% dos fundos alocados já pagos”.

“Os projetos no âmbito da transição climática e resiliência apresentam uma taxa de pagamento de 40% e 37%, respetivamente”.

Na dimensão “resiliência”, o economista diz que a componente do “Serviço Nacional de Saúde (SNS) apresenta um montante aprovado de 2 mil milhões de euros (9% do montante do PRR destinado a Portugal)”, mas “no entanto apenas foram pagos 378 milhões de euros (18% da respetiva dotação) até ao final de julho de 2025”.

Como se explica tão grande atraso? Segundo o mesmo investigador, “de facto, existem projetos ao nível do SNS cuja concretização aparenta estar em risco, como é o caso da construção do Hospital Lisboa Oriental”. Nem sequer está a ser acompanhado, tão parca é a informação que existe.

Além deste enorme investimento público hospitalar, avaliado em 350 milhões de euros, dos quais 100 milhões serão finan-

ciados pelo PRR, o analista do BPI considera que do lado dos projetos da componente habitação “também se registam atrasos na execução, devido às capacidades instaladas para dar resposta às várias solicitações de construção civil (só foram pagos 37% do total orçamentado)”. Isto é, não há capacidade, empresas, máquinas e mão de obra suficiente para responder às necessidades de construção do país. O problema nem sequer é novo e desde há vários anos que tem vindo a penalizar o investimento público e privado.

Uma comparação internacional

No mesmo estudo agora publicado, questiona-se: “Mas como se compara Portugal aos outros países da União Europeia? Será este atraso apenas visível no caso português ou é algo transversal aos restantes Estados-membros?”

De acordo com o economista do BPI, o montante concedido a Portugal no âmbito do PRR (os mais de 22 mil milhões de euros) “equivale a 8,3% do Produto In-

terno Bruto (PIB), uma percentagem que é superior à da generalidade dos países”.

É o dobro do peso médio de todos os PRR a nível europeu, que “equivale a sensivelmente 4% do PIB da União Europeia”, calcula o analista.

“O país que mais recebeu, em percentagem do seu PIB, foi a Grécia, seguida da Croácia e Espanha.”

Nos montantes já entregues aos respetivos países, as verbas que são transferidas da Comissão Europeia para o Governo e as entidades públicas que guardam o dinheiro das *tranches* até ao pagamento final, “Portugal encontra-se ligeiramente acima da média (55%), com 57% do montante acordado já entregue ao país. França já recebeu 85% do montante aprovado.”

Como referido, no caso do PRR de Portugal, “apenas 39% já foi efetivamente entregue aos beneficiários finais”, mas “é de prever que a entrega comece a aumentar de ritmo à medida que nos aproximamos do término do prazo de execução”, acredita o analista.

“Portugal cumpriu até à data 40% do número de objetivos a que se propôs no âmbito do PRR (111 investimentos e 66 reformas), de um total de 438 objetivos. Desta forma, Portugal situa-se na média da UE. França é o país que tem mais objetivos cumpridos (82%), seguindo-se a Dinamarca (60% de cumprimento).”

O economista refere que “esta análise permite concluir que a concretização dos projetos (medida através do cumprimento dos objetivos) encontra-se aquém do desejado para a grande maioria dos países da UE, havendo 15 países com uma percentagem de objetivos cumpridos inferior à de Portugal (aliás, Portugal posiciona-se precisamente na média dos países em termos de concretização de objetivos)”. “O caso mais preocupante é a Hungria, que até ao momento ainda não cumpriu qualquer objetivo que tenha proposto”, diz o mesmo investigador.

Mas há razões de preocupação

Portugal está atrasado no PRR, mas está na média europeia, o que significa que não é o pior caso.

No entanto, há razões para ficar em alerta máximo.

O prazo para cumprir as metas

Existe um movimento de fundo que quer dar aos PRR dos países europeus mais 18 meses de vida, estendendo os planos de 2026 até ao início de 2028

– que depois dão acesso aos fundos que ainda faltam atribuir do PRR – está prestes a expirar (falta pouco mais de um ano para o encerramento do Plano) e o governo já percebeu que vários investimentos financiados pelo envelope dos 22 mil milhões de euros são “impossíveis de concretizar”, pelo que decidiu começar a retirar vários da lista do PRR, revelou recentemente a Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA-PRR). Na avaliação anterior, não constava qualquer investimento ou projeto “retirado” do PRR. Hoje, já não é assim.

A comissão presidida por Pedro Dominginhos nota agora que, no âmbito da reprogramação dos PRR (algo que acontece em muitos países da União Europeia) Portugal (o Governo) optou pela “retirada de vários investimentos ou sub-investimentos cuja execução se revelava impossível de concretizar”.

São eles, designadamente, “o Empreendimento de Fins Múltiplos do Crato, a Linha Violeta (Loures-Odivelas) do Metropolitano de Loures, a Tomada de Água do Pomarão, a Dessalinizadora do Algarve, bem como [a ampliação] do edifício do Centro Científico e Tecnológico da Madeira (CITMA), na Região Autónoma da Madeira, e o investimento nos navios de transporte de passageiros e veículos na Região Autónoma dos Açores”, elenca a CNA.

Além disso, refere uma “redução de ambição em alguns investimentos, como o projeto da Habitação a Custos Acessíveis, a linha BRT Braga, os *Vouchers* para *Startups*, o projeto *Coaching 4.0*, a Rede Nacional de *Test Beds* e os *Digital Innovation Hubs* (entre outros)”, acrescentam os avaliadores.

A desistência ou a red denominação das fontes de financiamento (veja-se o caso da Linha Violeta, no Porto, obra que continua a andar, mas será financiada por fundos europeus clássicos em vez do PRR por serem mais fáceis de aceder e executar no tempo) reflete-se, claro está, numa série de indicadores e sinais que mostram claramente que o PRR português continua bastante atrasado e muitos investimentos em risco, alguns até em estado “crítico”, segundo a CNA.

Pressão para aliviar a pressão

Portugal e tantos outros países da Europa defrontam-se com este mesmo problema: a dificuldade em gastar o dinheiro do PRR, a demora no arranque de projetos e investimentos, designadamente quando envolvem áreas como habitação e obras públicas grandes.

Ciente disto, o Parlamento Europeu (PE) aprovou há semanas, por esmagadora maioria, uma resolução (não-vinculativa) que daria aos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) mais 18 meses, prolongando-lhes a vida de agosto de 2026 até fevereiro de 2028.

A medida estava desenhada para salvar projetos “maduros” em curso e outros grandes investimentos, além do referido limite oficial de agosto de 2026, altura em que termina o prazo para a execução das metas e etapas que depois abrem a porta ao recebimento dos respetivos fundos dos PRR, às subvenções e aos empréstimos (a serem pagos até dezembro de 2026).

Problema: a Comissão Europeia (CE) – que tem a tutela dos PRR e foi a autora, em 2021, destes programas de fundos europeus para ajudar os países a combater os efeitos destruidores da pandemia – está liminarmente contra qualquer alteração às regras dos PRR neste ponto do tempo, isto é, quando falta pouco mais de um ano para o prazo final.

Fonte oficial da CE explica que reprogramar, simplificar e reorganizar metas e etapas ao nível do PRR até pode ser, e está a acontecer, mas alterar as datas e os prazos combinados nem pensar.

Vamos ver daqui a mais uns meses, já em 2026, quando o PRR estiver na reta final e ainda sobram milhões e milhões do pacote.

Novos projetos de *media* enfrentam desafios de escala, rentabilidade e transparência

O DV analisou as contas do *Divergente*, do *Página Um* e do *Fumaça*, três sites de jornalismo independente com modelos de mecenato. Além de desafios de escala e rentabilidade, que se colocam aos três, há questões de transparência: *Divergente* e *Fumaça* revelam quem os financia e os seus jornalistas têm contratos de trabalho, ao contrário do *Página Um*. O diretor deste último não tem salário e passa recibos verdes à própria empresa de que é sócio-gerente, a título de direitos de autor

TEXTO **FILIPE ALVES** filipe@dn.pt

Os últimos anos assistiram ao surgimento de vários projetos de *media* independentes, que tiram proveito das novas tecnologias para construir novos modelos de negócio assentes em modelos de mecenato e *crowdfunding*. O Dinheiro Vivo (DV) analisou as contas de três desses projetos: a revista de jornalismo narrativo *Divergente*, o *Fumaça* e o *Página Um*. A conclusão a que chegamos é que estes projetos têm conseguido marcar a agenda com trabalhos relevantes, mas enfrentam desafios de escala e rentabilidade. E a transparência não é a mesma nos três: a *Divergente* e *Fumaça* revelam os seus mecenas e financiadores, ao passo que o *Página Um* não o faz.

As formas jurídicas destes três projetos são também distintas. A *Divergente* pertence a uma cooperativa de jornalistas, a Baga-baga Studios, enquanto o *Fumaça* é detido pela associação Verdes Memórias. Por sua vez, dos três, o *Página Um* é o único que tem fins lucrativos, pertencendo a uma sociedade por quotas que tem como sócio maioritário e gerente o seu diretor, com 70% do capital da empresa.

Antes de passarmos a uma análise mais aprofundada dos três projetos, importa referir que estas novas formas de fazer jornalismo surgiram num contexto de crise do modelo de negócio dos *media* tradicionais, com a maioria das empresas do setor em Portugal e no restante mundo ocidental a registar prejuízos, enfraquecendo a capacidade de os jornalistas cumprirem a sua missão de informar e escrutinar os diferentes poderes políticos, económicos e sociais. Cada um à sua maneira, estes três projetos visam responder a essa crise, utilizando a tecnologia para chegar a novos públicos e fazer um jornalismo diferente, que se diz mais independente e transparente que o dos *media mainstream*.

“A tecnologia pode ajudar os novos *media* jornalísticos, mas nem é a única alavanca, nem a única solução. No essencial, o que conta é a qualidade jornalística dos conteúdos”, disse ao DV o investigador e professor universitário Eduardo Cintra Torres, que assina uma coluna sobre *media* no *Correio da Manhã*.

“Se a tecnologia resolvesse tudo, muitos *media* tradicionais, com idêntica tecnologia, com mais estofos financeiros e com técnicas

complementares, como o papel, as rádios, etc., não estariam em crise. O ‘segredo’ destes novos *media* poderá ser precisamente a pequena dimensão e a agilidade de agenda. Investigam o que querem, quando querem, e destacam-se por investigarem o que escapa ou é rejeitado investigar por *media* tradicionais. Esta liberdade — e os resultados que têm obtido — é a mais-valia de novos projetos como os referidos. Por vezes, o modelo que escolhem é ‘minoritário’, optando, por exemplo, por um posicionamento mais ativista, como o *Fumaça*, mas, se isso pode reduzir o seu poder de atração, não quer dizer que a qualidade e a utilidade do seu jornalismo seja menor”, acrescentou.

Apesar desta importância da qualidade jornalística, a tecnologia tem desempenhado um papel muito relevante no surgimento e crescimento de projetos independentes. Plataformas como o Substack e a Ghost, que fornecem toda a componente tecnológica aos criadores de conteúdos (no caso do primeiro, em troca de uma comissão sobre as receitas de assinaturas), vieram revolucionar o setor, prometendo um novo modelo económico para o jornalismo e a cultura. Em países como os Esta-

LEONARDO NEGRÃO



dos Unidos e o Reino Unido, estas plataformas têm dado gás a projetos jornalísticos independentes que, em alguns casos, já faturam alguns milhões de dólares por ano. Este modelo elimina as principais barreiras à entrada no mercado, permitindo que os novos projetos tenham uma plataforma tecnológica para a criação, distribuição e monetização dos conteúdos, sem necessidade de fazerem um investimento inicial avultado em tecnologia, áreas comercial e *backoffice*.

Este processo constitui um regresso às origens do jornalismo e uma certa desindustrialização da atividade. Mas isso não significa que os valores essenciais do jornalismo e a sua missão de informar e escrutinar não possam sobreviver, na opinião de Eduardo Cintra Torres.

“A desindustrialização não implica o abandono dos fundamentos do jornalismo. Os *media* referidos poderão seguir um modelo ‘artesanal’ — feito ‘em casa’ — mas ou é jornalismo ou não é. Eu acho que é, e amiúde é bom ou muito bom. O acento ativista de algu-

mas destas plataformas, em especial noutros países, pode assemelhar-se a algum jornalismo do nosso século XIX, em que a urgência de opinar se sobrepunha à factualidade. Mas estamos já longe desse modelo: o tempo provou que, sem informação e sem jornalismo de investigação, os *media* só de opinião não atraem leitores suficientes para lhes garantir a sobrevivência”, defendeu o investigador e crítico.

Os desafios da escala e da rentabilidade

Desta forma, pelo menos no arranque, os novos modelos retiraram da equação a figura do capitalista, que entrou na comunicação social quando esta se tornou um negócio lucrativo e se industrializou, na segunda metade do século XIX. Porém, os investidores não são necessários apenas no arranque dos projetos, uma vez que para ganhar escala é necessário investir em meios humanos e tecnológicos. Este é, de resto, um dos grandes desafios dos projetos independentes: como ganhar escala, de modo a



chegar a uma audiência superior e gerar mais receitas, quando não se tem capital suficiente para fazer esses investimentos. E quando, na esmagadora maioria dos casos, uma operação de *media* não só tem dificuldade em ser rentável como não é capaz de remunerar o investimento com retornos aceitáveis. No caso dos projetos sem fins lucrativos, a questão da rentabilidade também se coloca, na medida em que se traduz na capacidade de gerar excedentes que possam ser investidos na operação.

A resposta do Substack a esta questão passa por procurar tornar desnecessário o capital de terceiros, criando um ecossistema próprio, que funciona como uma rede social que potencia as visitas aos *sites* que dela fazem parte, de maneira a atrair mais subscritores.

Mais de 30% do tráfego dos *sites* alojados no Substack é gerado através de ligações de outras páginas que fazem parte da plataforma. Nos Estados Unidos, esta estratégia está a resultar e o Substack é, neste momento, o 36.º *site*

de notícias mais visitado nos Estados Unidos, com um crescimento de 40% em 2024 e um total de cinco milhões de subscritores que pagam para ter acesso aos conteúdos. E é cada vez maior o número de jornalistas, escritores, *podcasters* e outros produtores de conteúdos que aderem à plataforma, que funciona como agregador e rede social.

Página Um, Lda.: transparência limitada e recibos verdes

O modelo do *Página Um* tem algumas semelhanças com o dos jornais anglo-saxónicos sediados no Substack e na Ghost, na medida em que se trata de um *site* sem publicidade e financiado exclusivamente pelos leitores, que lhe fazem donativos regulares. E, tal como esses *sites*, que têm equipas pequenas e focadas em temas-chave, mas conseguem chegar a audiências consideráveis, o *Página Um* tem apenas dois jornalistas, mas conta com cerca de cem mil visualizações mensais. O *site* de jornalismo de investigação, que se tem destacado pelas

notícias exclusivas que tem publicado, fechou o ano de 2024 com resultados positivos na ordem dos 1726 euros e capitais próprios também positivos, no valor de 14.732 euros, mantendo contas equilibradas.

Onde o *Página Um* diverge da maioria dos *sites* de notícias do Substack é no facto de aceitar donativos de empresas, que não identifica na informação financeira que divulga. O jornal refere apenas, no seu *site*, que aceita contributos de particulares e empresas, mas até ao momento não divulgou nomes de eventuais mecenas ou apoiantes. Neste aspeto, o *Página Um* distingue-se igualmente da *Divergente* e do *Fumaça*, que revelam nos seus *sites* as suas fontes de financiamento. O *Fumaça* divulga, inclusive, os nomes dos cidadãos que lhes fazem donativos a título individual, para além das fundações e outras entidades.

O DV questionou o *Página Um* sobre a contradição entre este facto e a posição que o jornal tem tomado na defesa de uma maior transparência na gestão, na propriedade e no financiamento dos *media*. O seu diretor respondeu que não existe contradição, acusando o DV de “enviesamento ou má-fé” e argumentando que não tem de revelar os apoiantes, porque nenhum pagou mais de 3% das receitas anuais do jornal.

Outra diferença relevante é o facto de, ao contrário da *Divergente* e do *Fumaça*, que são feitos por jornalistas com contratos de trabalho (na sua maioria sem termo), o *Página Um* não ter jornalistas com contratos de trabalho permanentes. Com uma receita de 61 mil euros em 2024, o *Página Um* utilizou 98% desse valor em fornecimentos e serviços externos, a rubrica onde se contabilizam, entre outras despesas, os pagamentos feitos a prestadores de serviços, os chamados recibos verdes. As contas revelam que os custos com pessoal, onde se contabilizam os salários do pessoal com contratos de trabalho, diminuíram de 11.529 euros, em 2023, para apenas 350 euros em 2024. Já os fornecimentos e serviços externos subiram de 49.432 euros, em 2023, para 60.539 euros no ano passado. Isto indica que os dois jornalistas que integram o projeto, incluindo o próprio diretor e sócio-gerente Pedro Almeida Vieira, não têm salários fixos e passam recibos verdes à empresa proprietária do jornal.

A Divergente pertence a uma cooperativa de jornalistas, o Fumaça é de uma associação e o Página Um é de uma empresa que tem cinco sócios

Plataformas como o Substack e a Ghost oferecem soluções que asseguram a criação, a distribuição e a monetização, sem necessidade de investimento

O diretor do Página Um não recebe salário, mas passa recibos verdes à empresa de que é sócio-gerente, por direitos de autor. A restante redação também está a recibos verdes, ao contrário do Fumaça e da Divergente

A lei não impede um sócio-gerente de passar recibos verdes à própria empresa, desde que esteja em causa trabalho independente prestado fora do horário normal e que não esteja relacionado com as tarefas que desempenha a título de trabalho dependente. Nestas e noutras situações, de acordo com o artigo 12.º da Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, o trabalho independente não pode ser prestado com uma remuneração certa e periódica, com horário definido, nas instalações da empresa contratante e com os seus equipamentos.

Nem, tão pouco, em funções de direção e chefia na estrutura da empresa, conceito que se aplica ao diretor de uma publicação jornalística.

De resto, num artigo publicado a 2 de junho último, onde dava conta dos donativos recebidos em 2024, o diretor do *Página Um* afirmava, de forma taxativa, que o projeto tem dois jornalistas que ali trabalham em permanência e em instalações da empresa. “O nosso orçamento mensal ronda os cinco mil euros, valor que cobre os custos operacionais do *site*, comunicações, despesas logísticas, renda da redação, e o pagamento — em montantes que envergariam qualquer tabela sindical — de dois jornalistas fixos. Não há desperdício. Não há luxos. Não há salários dourados”, garantia.

A confirmarem-se as informações que constam destes escritos e das demonstrações financeiras, os dois jornalistas do *Página Um* arriscam ser considerados falsos recibos verdes, o que constituiria uma contraordenação muito grave, punida com multa entre entre os 2040 euros e os 61.200 euros por trabalhador, de acordo com o valor da infração cometida. Questionado pelo DV, o diretor do *Página Um* confirmou que não auferia salário e passa recibos verdes, mas que o faz apenas pelos artigos de opinião que escreve para o jornal. Ou seja, esses rendimentos são declarados a título de direitos de autor. Os quais, segundo a lei, são tributados apenas sobre 50% do seu valor, no que constitui um benefício fiscal à criação literária e artística. Pedro Almeida Vieira mostrou-se convicto de que a sua situação e a da restante redação do *Página Um* não corresponde à de falsos recibos verdes.

Divergente: revista digital pede apoios para fazer “mais e melhor jornalismo”

A cooperativa Bagabaga Studios, proprietária da *Divergente*, fechou o ano de 2024 com um prejuízo de 18.665 euros e capitais próprios negativos de 7926 euros, ao contrário do ano anterior, que encerrou com capitais positivos. As receitas ascenderam a 240 mil euros, mas os custos foram superiores. Questionada pelo DN, a diretora da *Divergente*, Sofia da Palma Rodrigues, rejeitou que estes números indiquem que a situação financeira da revista esteja a

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

degradar-se. “Quando começámos, em 2014, trabalhávamos de forma voluntária para erguer o projecto e fazê-lo acontecer. Em 2020, ganhámos uma bolsa da Civitates que permitiu fundar a base da estrutura que temos hoje — começámos por ser três jornalistas — um a meio tempo — e uma pessoa que fazia a comunicação do projecto. Não tínhamos uma periodicidade, nem uma rede de *freelancers* fixos”, começou por explicar Sofia da Palma Rodrigues.

“Hoje, cinco anos depois, somos cinco jornalistas — um a meio tempo —, uma pessoa que se dedica à produção de eventos, gestão da comunidade e angariação de fundos, quatro *freelancers* fixos — contabilista, desenvolvimento *web*, *design*, consultor de imagem e fotógrafo —, e contamos ainda como uma rede de *freelancers* que vamos ativando para trabalhos específicos — ilustradores, músicos, editores de som e imagem”, acrescentou. Com esta equipa, a *Divergente* “cresceu” e passou a publicar uma *newsletter* mensal que conta com cinco mil subscritores e uma grande investigação jornalística — que se desdobra em diferentes formatos — e é publicada em diferentes órgãos de comunicação social tradicionais, como o *Expresso* e a rádio TSF. Além disso, a *Divergente* promove eventos e debates sobre diversos temas.

A revista vive de donativos e conta com uma comunidade de cerca de 130 pessoas, que a apoiam, além de vários mecenas institucionais, incluindo fundações e outras entidades, que estão listadas no seu *site*. Porém, precisa de mais apoios para poder fazer “mais e melhor jornalismo”, apela a sua diretora. Para manter o projecto como ele existe hoje, em vez de “definhar e regressar a 2020”, diz Sofia da Palma Rodrigues, “é preciso apoio estrutural”.

“Em Portugal, não existe qualquer iniciativa pública ou privada que apoie a estrutura de uma redação independente que faça jornalismo de investigação, e as bolsas internacionais são cada vez mais disputadas e em menor quantidade”, afirmou.

Fumaça: um órgão premiado no qual as decisões são tomadas por consenso

No caso do *Fumaça*, a entidade proprietária é uma associação sem fins lucrativos e as decisões

Divergente

Proprietários:

Cooperativa Bagabaga, detida em partes iguais por António Granado, Diogo Cardoso, Luciana Maruta, Luís Machado, Ricardo Venâncio Lopes, Rui Avelans Coelho e Sofia Palma Rodrigo

Rendimentos (2024):

€24.079,8

Prejuízo (2024):

€18.665,9

Jornalistas: 5 (todos com contratos de trabalho)

Página Um

Proprietários:

Página Um Lda, detida por Pedro Almeida Vieira (70%), Bartolomeu Costa Macedo (10%), Nuno Antunes (5%), Luís Gomes (5%) e Rute Coelho Aguiar (10%).

Rendimentos (2024):

€61.000

Resultado líquido

(2024):

€1726

Número de jornalistas:

2 (todos a recibos verdes)

Fumaça

Proprietários:

Associação Verdes Memórias

Rendimentos (2024):

€287.000

Resultado líquido

(2024):

€3000

Número de jornalistas:

9 (todos com contrato de trabalho)

editoriais são tomadas pelo conjunto da redação. O *site*, que já recebeu 30 prémios de jornalismo, incluindo o Gazeta Revelação, tem uma diretora editorial, Margarida David Cardoso, que é uma figura fictícia. “Este cargo é fictício. A redação do *Fumaça* é horizontal, e assume coletivamente responsabilidade pelas suas decisões. Nomear uma hierarquia é uma obrigação legal de que discordamos”, diz uma nota no *site*.

“A tomada de decisões é feita coletivamente, por consenso, em todas as áreas de decisão da redação — desde a aprovação de orçamentos até à edição de cada peça. Por isso mesmo, a responsabilidade pelo que é publicado é, também, coletiva e partilhada”, disse ao DN o jornalista Ricardo Ribeiro, do *Fumaça*.

O mesmo princípio é aplicado nas decisões de cariz financeiro e administrativo. “Quanto à gestão quotidiana de tarefas administrativas e financeiras — como, por exemplo, a organização de faturas, ou a atualização permanente de execução financeira que publicamos na área de transparência do nosso *website* —, é responsabilidade de um dos membros da equipa”, disse ainda.

O *Fumaça* apresenta-se como um “*podcast* de jornalismo de investigação, independente e sem fins lucrativos, focado no escrutínio de sistemas de opressão e desigualdades”. Como principais mecenas tem entidades como a Open Society Foundation, de George Soros, a UNESCO e a fundação Rosa-Luxemburg-Stiftung, ligada ao Partido Social-Democrata de esquerda alemão, que descende de várias forças políticas anteriores, incluindo o SED, o antigo partido único da Alemanha de Leste.

O coletivo que constitui o *Fumaça* assume-se como “dissidente” e diz não acreditar “na existência de jornalismo neutro”, assumindo de “maneira clara as suas subjetividades e conflitos de interesse”. Em 2024, o *Fumaça* recebeu 287 mil euros em contribuições e teve custos de 284 mil. Os custos com os nove jornalistas que têm contratos sem termo ascenderam a 227 mil euros, o que significa um ordenado médio ilíquido de 25 mil euros por ano, ou 1800 euros por mês (incluindo subsídios).

Em 2025, o *Fumaça* prevê gastar 310 mil euros, tendo assegurados, de momento, 209 mil euros em contribuições, segundo a informação mais recente que consta do seu *site*.



Um país a ser bloqueado

Pelo que vemos, ouvimos e lemos, Portugal está um país bloqueado. Burocratas e ativistas, extremistas, associações *ad hoc* criadas de raiz para agitação e declarações a telejornais tudo contestam, tudo enredam e tudo querem impedir. Meros disfarces das forças partidárias que os comandam, não representam a sociedade civil e constituem-se oposição ao poder democrático eleito e a interesses legítimos privados.

Juntam-se-lhes personalidades eméritas e intelectuais de largo espectro, cultores dos amanhãs que cantam, que veem em qualquer ação dos governos ou iniciativa económica um atentado à cultura e à liberdade. Atrasam e boicotam projetos, fazendo prevalecer interesses corporativos sobre o interesse geral.

Vetam liminarmente explorações mineiras, projetos industriais e novas culturas agrícolas, invocando desequilíbrios aos ecossistemas. Tornaram o ambiente uma religião, com os seus dogmas e os seus pregadores.

Substituíram a salvação da alma pela salvação do planeta. Os telejornais divulgam o novo catecismo.

Persistem na insensatez de conduzir Portugal, que representa 0,12% das emissões mundiais, 0,27% do PIB e 0,13% da população mundial, a liderar a transição energética, um pesado ónus às famílias e empresas.

Recusam reformas na Justiça, por governamentalizar o sistema. Esquecem a eternização das investigações, a demora dos julgamentos, o entrave aos direitos pessoais e à economia.

Exigem habitação, mas torpedeiam qualquer libertação de solos não-produtivos, por óbvia especulação.

E os governos bloqueiam-se a si próprios, criando normas de defesa, mais entropias à ação.

Qualquer investimento é enleado por uma *avalanche* de estudos técnicos, sociológicos, ambientais, e cercado num labirinto de pareceres e interpretações que travam a decisão. Nenhuma hierarquia contraria a tecnocracia instalada, que os guardiões do vício e da virtude logo aviam indícios de corrupção. Os serviços tornaram-se os decisores e as hierarquias mero objeto de adorno.

Caricatura? Mas não é a caricatura que evidencia os traços mais salientes de qualquer representação?

Cabe às autoridades legitimadas pelo voto o dever de rejeitar esta ofensiva do marxismo cultural contra a democracia e a economia, sob pena de violarem o mandato recebido, entregando o poder *de facto* a minorias não-eleitas nem representativas.



JÁ NAS BANCAS



NOVA
EDIÇÃO

A revista que a ajuda a viver de forma saudável



@womenshealth
portugal



@womenshealth
portugal



womenshealth.pt



facebook.com/
womenshealth
portugal

Lionesa. Índice de felicidade dos trabalhadores é de 88%

Centro empresarial do norte desenvolve políticas para reduzir o stress e a ansiedade, apoiar a criatividade e reforçar a saúde das quase 10 mil pessoas que trabalham nas 120 empresas instaladas neste campus

TEXTO **SÓNIA SANTOS PEREIRA** sonia.s.pereira@dn.pt

O centro empresarial Lionesa, em Leça do Balio, continua a aguardar a aprovação do plano de expansão que, entre outras infraestruturas, prevê mais 110 mil metros quadrados para escritórios e serviços, a criação de um jardim filosófico com cinco hectares e a instalação de infraestruturas de desporto e lazer. A filosofia destes projetos assenta na conceção de locais de trabalho onde resida a felicidade. Na Lionesa, “o índice de felicidade dos trabalhadores está nos 88%”, assegura António Pedro Pinto, diretor dos departamentos de *Marketing* e de Felicidade e Bem-estar. Este barómetro tem “uma monitorização mensal, que permite ajustar as políticas para ir ao encontro das expectativas”.

A Lionesa, que se apresenta como um dos principais centros empresariais de Portugal, criou um modelo de felicidade e bem-estar para servir as 120 empresas e as quase 10 mil pessoas que trabalham no local. O objetivo é “reduzir o stress e a ansiedade, promover as relações interpessoais, ajudar à criatividade e ao bem-estar e reforçar a saúde dos trabalhadores”, explica. Para isso, o *campus* inspirou-se num ambiente universitário e dispõe de diferentes espaços de trabalho e convívio. Também apostou em trazer a natureza para dentro de portas, através da instalação de elementos naturais, e criou espaços ao ar livre para trabalhar, conviver ou relaxar. Não esqueceu a arte e tornou-se anfitriã de exposições temporárias e permanentes. O centro tem o maior mural de arte urbana do norte do país.

Segundo António Pedro Pinto, a Lionesa está focada “em promover um ambiente que misture o lazer com o trabalho, e em fomentar um espírito de comunidade”. No centro, há uma agenda



Os colaboradores das empresas instaladas na Lionesa juntam-se para assistir aos jogos de futebol

de atividades e eventos 100% gratuitos, que vão de aulas de ioga ou *surf*, aos arraiais de S. João ou à transmissão de jogos de futebol. Há também a *Hello App*, uma rede social corporativa para facilitar o conhecimento entre os colaboradores e juntar grupos de interesse. A missão é combater “as doenças laborais, que se tornaram uma pandemia. Uma em cada quatro pessoas na Europa sofre de esgotamento”, sublinha.

O excesso de trabalho, a pressão para apresentar resultados, a sensação de falta de propósito, o *tecnostress* (muito tempo ao ecrã), a síndrome do impostor (mérito próprio ou sorte?) são matérias que estão a afetar a saúde mental dos colaboradores, defende António Pedro Pinto. Na sua opinião, atualmente, a felicidade corporativa é muito mais do que salário, mesas de pingue-pongue e almoços gratuitos. O talento quer um rendimento ajustado ao esforço e prémios anuais, mas também dias de férias extra e serviços complementares, uma cultura organi-

zacional e comunicação interna. Para o responsável é inexplicável que não exista no país um mestrado de recursos humanos com uma disciplina dedicada às questões da felicidade no trabalho.

No próximo ano, em setembro, a Lionesa irá organizar, no Porto, mais um *Happiness Camp*, “a maior conferência de recursos humanos da Europa”, afirma. Será a 4.ª edição, depois de em 2024 ter atraído cerca de 15 mil pessoas, de 70 nacionalidades. O evento pretende ser um motor de mudança do “paradigma do mundo corporativo, onde o esgotamento e a depressão predominam”. Para António Pedro Pinto, “estas doenças acontecem em culturas que beneficiam a *performance* em detrimento das pessoas”. O *Happiness Camp* procura explorar estratégias que coloquem os colaboradores no centro dos negócios. A conferência já contou com a presença de líderes de empresas como a Coca-Cola, Google, Toyota Motors, Netflix, entre outros.



Um rude golpe na qualificação do país

As admissões no Ensino Superior conheceram um preocupante retrocesso. Houve menos 6064 estudantes colocados em universidades e politécnicos públicos, o que corresponde a uma redução de 12,1% face a 2024. Com a agravante de, no interior do país, haver institutos politécnicos com quebras de 40%. Inverteu-se, assim, a tendência da última década, durante a qual se verificou um quase contínuo crescimento da entrada de novos alunos. Falou-se, até, de massificação do Ensino Superior.

Em 2023, Portugal registava uma taxa de escolarização do Ensino Superior de 29,9%, valor bastante aquém da média da OCDE (40,9%). Atrás de nós, na UE, só a Hungria, Eslováquia, Chéquia e Itália. Esta taxa de escolarização dá-nos uma imagem clara do défice de qualificações e competências em Portugal, apesar da evolução positiva dos últimos anos. (...) O retrocesso no acesso ao Ensino Superior é ainda mais dramático por duas razões: houve uma diminuição de 17% nas admissões aos cursos que conferem competências digitais, sobretudo nas áreas da informática, e uma brutal redução de novos estudantes no interior do país. Ora, à semelhança do resto da Europa, a economia portuguesa precisa desesperadamente de talento digital para desenvolver os seus setores tecnológicos e promover a digitalização do tecido produtivo. Por seu turno, o interior despovoado e pobre vai perder massa crítica com a redução de alunos, agravando os seus problemas de desenvolvimento e penalizando a coesão territorial do país.

Segundo os especialistas, a travagem na massificação do Ensino Superior resulta de dois fatores principais: a reposição das regras de acesso anteriores à pandemia, o que implicou a realização de exames para concluir o Secundário e deu mais peso às provas de ingresso; e o aumento do custo de vida dos estudantes deslocados, motivado, sobretudo, pelo encarecimento do alojamento. (...) Não me parece que aligeirar as regras de acesso seja a solução, sob pena de descredibilizarmos o Ensino Superior. Por conseguinte, as medidas terão de ser sobretudo de âmbito social, aumentando as bolsas para alunos carenciados e o número de camas para estudantes, neste caso dando gás ao Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior. Creio que também seria útil redesenhar o 12.º ano, de modo a torná-lo uma espécie de “ano zero” ou ano pré-universitário. (...)

Da mesma forma que é preciso que as empresas continuem a contribuir para a qualificação dos trabalhadores e a oferecer, cada vez mais, empregos que absorvam o talento e o maximizem em proveito do país. Isto ao mesmo tempo que os empresários velam pela sua própria capacitação. Pois melhores empregadores motivam indubitavelmente melhores trabalhadores.

*O artigo completo pode ser lido no site do Dinheiro Vivo
Presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal



A residência de estudantes terá de ficar concluída em julho de 2026

Casais acelera residência de estudantes em Braga com construção híbrida

Construtora apostou em método de pré-fabricação de componentes que reduz tempo de obra e custo, e é também mais sustentável. No projeto de Braga, vai montar um total de 567 lajes, 417 fachadas e 455 instalações sanitárias TEXTO SÓNIA SANTOS PEREIRA sonia.s.pereira@dn.pt

A residência universitária Confiança, um projeto de reabilitação da antiga Fábrica de Sabões de Braga, tem de estar concluída em julho do próximo ano. E “vai estar”, garante Jorge Gonçalves, diretor da obra a cargo da construtora Casais. Através de um sistema de construção híbrido, o Grupo Casais está a acelerar a empreitada, orçada em 25,5 milhões de euros e financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), programa que impõe a sua execução até ao verão de 2026. Com esta intervenção, a autarquia da *Cidade dos Arcebispos*, responsável pelo investimento, vai reforçar em 786 camas a oferta de alojamento para estudantes.

O processo construtivo que a

Casais está a implementar assenta no uso de betão (em menor grau do que numa obra tradicional) e madeira, e na montagem de elementos produzidos em fábrica. Segundo o Grupo Casais, “em média, um projeto de construção híbrida permite uma redução do prazo de obra entre 50% e 70% face ao método tradicional”, fruto da industrialização de componentes e do planeamento digital integrado (sistemas BIM e Digital Twin).

Na residência universitária Confiança, a Casais vai montar um total de 567 lajes, 417 fachadas (já com janelas) e 455 instalações sanitárias, tudo produzido em fábrica. São peças que chegam à obra já prontas e aí se procede à sua montagem. Segundo Jorge Gon-

çalves, “em três dias, é montado um piso”. A redução do tempo de obra é acompanhada por uma diminuição de custos na ordem dos 15 a 20%, garante o grupo liderado

O orçamento de uma obra executada em sistema híbrido pode baixar entre 15 a 20%. Casais tem mais projetos em desenvolvimento no país

por António Carlos Rodrigues. Esta poupança é garantida por uma maior rapidez de construção – “tempo é dinheiro”, como lembra Jorge Gonçalves –, otimização logística e eliminação de desperdícios.

A necessidade de trabalhadores, cuja escassez se tornou um grave problema para o setor da construção, é também menor. O modelo híbrido garante “uma poupança de recursos humanos em obra, uma vez que parte do trabalho é transferida para fábricas em ambiente controlado, com equipas especializadas e processos mecanizados”, sublinha a Casais. No total e fora do local de obra, há cinco empresas do universo do grupo bracarense a trabalhar na empreitada: a TopBIM, Undel, Sociomor-

casal, Blumep e Krear. Esta última é uma *joint-venture* entre os grupos Secil e Casais para a construção industrializada de painéis, escadas, lajes e varandas.

Em simultâneo, este modelo construtivo é mais sustentável. Há uma redução da pegada de carbono (a construção é uma indústria altamente poluente), na medida em que a madeira utilizada em detrimento do betão funciona como sumidouro de dióxido de carbono. A pré-fabricação em ambiente controlado de fábrica permite também uma “maior precisão no corte e montagem, diminuindo o desperdício de materiais e o impacto ambiental associado ao estaleiro, já que o tempo de execução é significativamente reduzido, resultando também em menos ruído, poeiras e consumo energético durante a obra”.

A utilização de betão e madeira, proveniente de florestas sustentáveis, tem por base princípios de circularidade, pois permite a desmontagem, reutilização e reciclagem dos elementos no final da vida útil dos edifícios. O modelo soma também uma maior eficiência térmica, que reduz as necessidades de climatização. Na residência Confiança vão ser instaladas mais de 600 unidades fotovoltaicas, assegurando uma produção anual de 50% do consumo anual previsto. O edifício terá uma central de controlo de consumos de energia e água, iluminação, qualidade do ar interior, temperatura dos compartimentos e estado dos equipamentos.

O Grupo Casais tem experiência comprovada neste método híbrido de construção. É da sua responsabilidade o The First Guimarães, empreendimento que reúne habitação, hotel e um espaço de *coworking*, concluído em 2023 após um investimento de 17 milhões de euros; o B&B Hotels Tres Cantos, em Madrid, Espanha; e a Residência Universitária de Valença, um projeto da autarquia local que garantiu mais 56 camas para estudantes no concelho. Em desenvolvimento, a Casais tem uma residência universitária em Beja, o *hub* tecnológico do ISCTE, em Sintra, que inclui alojamento estudantil, e 48 apartamentos de habitação a custos controlados, na Amadora.

No ano passado, o grupo registou um volume de negócios agregado de 836 milhões de euros, um crescimento de 17% face a 2023. O mercado nacional contribuiu com 496 milhões para a faturação, mais 34% do que no exercício anterior.

Produção de vinho cai cerca de 40% no Douro

O número foi adiantado ao Dinheiro Vivo por Frederico Falcão, presidente da ViniPortugal. Apesar de ainda ser cedo para fechar os números, produtores já falam de quebras acentuadas. Exportações também vão ser desafio

TEXTO MARGARIDA VAQUEIRO LOPES margarida.lopes@dn.pt

O Douro deverá “ter uma quebra de produção superior ao esperado, provocada por algum escaldão, e por um impacto significativo do míldio (uma doença que provoca a atrofia do crescimento das plantas)”, adianta Frederico Falcão ao Dinheiro Vivo. “O resto das regiões ainda não terminou a vindima, mas os aumentos e as quebras deverão estar alinhados com a expectativa.” No Douro, no entanto, “esperava-se uma quebra a rondar os 15% e o que os produtores com quem tenho falado me dizem é que estamos a ver uma quebra na produção a rondar os 40%”, adianta.

No mesmo sentido, ainda esta semana a Symington revelou que espera uma redução no tamanho dos bagos das suas uvas 30% inferiores à média, devido, sobretudo, à inconstância do clima.

Numa altura em que o Douro se tem debatido com elevados volumes de inventário, o que tem tido um impacto negativo no preço das uvas, a pergunta impõe-se: esta quebra de produção ajuda ou agrava a situação?

“Para o produtor de uva é uma má situação, porque são menos rendimentos”, adianta Frederico Falcão. “Mas, por outro lado, pode ajudar à estabilidade de região, porque pode ajudar a equilibrar os stocks”, o que poderá ter um efeito positivo no preço das uvas, considera o presidente da ViniPortugal, sem querer adiantar mais, numa altura em que a campanha ainda decorre.

“Em termos gerais de vindima no país, está muito heterogénea. Tenho sentido produtores muito contentes com a qualidade e outros muito apreensivos. Foi um verão muito quente e muito seco e dependerá muito da região e do *terroir*. Há castas que estarão fantásticas e outras que não se deram tão bem. Mas como dizem os nossos amigos franceses, vai ser um ano excepcional, certamente”, atira, divertido o responsável.

Frederico Falcão aproveitou ainda para comentar os últimos números libertados pelo Instituto da Vinha e do Vinho, que divulgou no início desta semana – dados recolhidos pela Nielsen, que dão



conta de que, se por um lado as exportações de vinhos nacionais cresceram em volume, tendo caído em valor, no mercado nacional verificou-se a tendência inversa: houve menos litros vendidos, mas um aumento da faturação, graças sobretudo ao impacto do turismo e da restauração. Fazendo a ressalva de que a Nielsen acompanha apenas cerca de metade do mercado, Falcão é perentório quando olha para estes números.

“A perceção que eu tenho é precisamente essa: nos supermercados há um crescimento do preço médio (subiu de 4,80 para 5 euros), e ainda que na restauração seja muito difícil ter dados concretos porque as associações do setor não os divulgam (a Nielsen fala de um preço médio a rondar os 8,33 euros o litro), a perceção que tenho, falando com os produtores, é que a restauração está a ser uma perda em volume. Todos eles se

queixam disso. Porquê? Porque os restaurantes se viraram para os turistas, sobretudo em Lisboa, no Porto e no Algarve, e, portanto, estão a abusar da margem nos vinhos. Aquilo que há uns anos achávamos que era uma loucura, que eram margens de 100%, hoje são margens de 300% ou 400%. E já vi restaurantes a cobrarem 1000% de margem. Portanto, não há como não terem impacto nos produtores, sobretudo em Portugal, onde grande parte deles faz pequenas produções que têm como principal destino, precisamente, os restaurantes”, continua.

Quanto às exportações de vinho para os EUA, o mercado que tem sido a grande aposta da ViniPortugal na última década, Frederico Falcão admite que vai haver uma mudança de estratégia. Isto porque as tarifas de 15%, que desde dia 1 de agosto estão a ser aplicadas às referências europeias, estão já a impactar as vendas, apesar de ainda ser cedo para tirar grandes ilações. O que o responsável sabe é que importadores e produtores estão a tentar trabalhar em conjunto para acomodar parte do custo destas taxas, por forma a reduzir o aumento do preço no consumidor.

E, ainda que na última década os EUA tenham sido o mercado a que a ViniPortugal alocou maior orçamento na divulgação dos vinhos nacionais – acima de um milhão de euros por ano –, os próximos meses deverão registar uma inversão nessa estratégia. A proposta ainda tem de ser aprovada, mas Falcão admite que o objetivo “é reduzir o investimento no próximo ano – ainda que tenhamos de esperar para perceber o impacto real destas tarifas –, deixando de ser o país número 1. Esse lugar passará a pertencer ao Brasil. Os EUA serão o segundo. E vamos reforçar também no Reino Unido e na Polónia, onde temos tido um crescimento muito interessante, sobretudo nos últimos anos”, adianta Falcão.

Quanto ao impacto global das tarifas impostas por Trump, Falcão lembra que é “sempre um bocadinho otimista. Já tivemos números piores em cima da mesa”, diz, divertido, recordando a ameaça de 200% à importação de bebidas alcoólicas chegadas do Velho Continente.

Henrique Valente

análise
de mercado

A Nvidia, novamente

A Nvidia esteve no centro das atenções desde o início da semana. Depois de uma queda superior a 7% na semana passada, sem um gatilho claro, os investidores começaram a mostrar preocupação com alguns sinais crescentes de complacência nos mercados. O fosso entre as valorizações e os fundamentos das grandes tecnológicas tem alimentado receios de que a euforia em torno da Inteligência Artificial possa não ser sustentável. O Nasdaq subiu cerca de 40% desde os mínimos de abril, aumentando o nervosismo em relação à sustentabilidade do rali. O debate sobre a possibilidade de Washington assumir participações em empresas do setor tecnológico, a começar pela Intel, adicionou mais incerteza. Por um lado, tal medida seria vista como um apoio estratégico a uma indústria cada vez mais crítica para a segurança nacional, por outro, levanta receios de maior intervenção estatal e de pressões regulatórias adicionais. Neste contexto, a Nvidia tornou-se um verdadeiro barómetro da euforia em torno da IA: qualquer sinal de arrefecimento tem repercussões que vão muito além da própria empresa.

Na quarta-feira, a Nvidia publicou os resultados trimestrais após o fecho do mercado americano. A empresa reportou uma receita de 46,7 mil milhões de dólares, ligeiramente acima das expectativas de 46,5 mil milhões. Apesar de os números terem ficado em linha com o esperado, as ações recuaram cerca de 3% no pós-fecho, refletindo receios de uma desaceleração do crescimento após dois anos de fortes aumentos nos gastos em Inteligência Artificial. Mesmo com este sinal de cautela, o S&P 500 mantém-se em máximos históricos, evidenciando que o apetite pelo risco continua a sustentar os índices americanos.

O mercado parece disposto a antecipar um novo ciclo de cortes da Fed, que deverá começar em setembro com uma redução de 25 pontos base. O próximo teste chega já hoje, sexta-feira, com a divulgação do índice PCE subjacente, o indicador de inflação preferido pela Fed. O consenso aponta para uma variação mensal de 0,2% e anual de 2,6%. Se os números confirmarem a desaceleração, a Fed terá mais espaço para cortar taxas e os mercados poderão prolongar os ganhos. Por outro lado, uma surpresa em alta, limitará a extensão desse ciclo e desencadeará uma correção mais acentuada.

“Como dizem os nossos amigos franceses, vai ser um ano excepcional, certamente”



Ana Figueiredo,
CEO da MEO

FILIPPE AMORIM / GLOBAL IMAGENS

MEO: EBITDA cai e receitas sobem entre janeiro e junho

Em comunicado, a empresa adianta que no segundo trimestre “a Meo Energia registou um crescimento sólido e expandiu significativamente a sua base de cliente”

TEXTO **MARGARIDA VAQUEIRO LOPES** margarida.lopes@dn.pt

Num comunicado enviado ontem ao mercado, a operadora de telecomunicações revela que o seu EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização ou lucro operacional) resvalou 3,4% no primeiro semestre do ano, fixando-se em 488 milhões de euros.

Por outro lado, as receitas da MEO subiram 3,5% no mesmo período e em termos homólogos, para 1392 milhões de euros. No segundo trimestre o crescimento foi de 4,6% para 695 milhões de euros.

“Investimos 197 milhões de euros em apenas seis meses – 97 milhões no segundo trimestre – porque sabemos que uma rede preparada para o futuro só se constrói com investimento”, adiantou a CEO da MEO, Ana Figueiredo, no mesmo comunicado. “Num setor em constante evolução, onde a tecnologia, a co-

nectividade e a sustentabilidade se tornaram pilares da sociedade, a nossa resposta tem sido clara: investir, inovar e liderar”, afirma.

A responsável da MEO salienta ainda a contribuição da MEO Energia para o desempenho do grupo. As Receitas do Segmento de Serviços Empresariais desta área, no segundo trimestre de

2025, foram de 330 milhões de euros, o que representa um crescimento de 4,5%, ou de 5,1% excluindo a performance da Altice Labs.

Já o total de serviços fixos apresentou uma “variação positiva de 0,3% face ao segundo trimestre de 2024, situando-se nos 6,0 milhões” e a base de clientes dos serviços de televisão por subscrição e de conectividade “aumentou 1,3% e 1,8%, alcançando 2,0 e 1,9 milhões, respetivamente”.

No que respeita a base de clientes móveis pós-pago, esta atingiu 5,4 milhões e, “impulsionada pela oferta convergente, registou um acréscimo de 3,3% face ao segundo trimestre de 2024 e de 1,2% (+66 mil clientes) no segundo trimestre de 2025 face ao trimestre anterior”.

A Meo salienta que no segmento de Consumo do Negócio Fixo, cerca de 89% da base de clientes usa fibra ótica como tecnologia de suporte. *Com Lusa*

Ana Figueiredo, CEO da MEO, garante que empresa se mantém na vanguarda da inovação

Concorrência dá luz verde à compra da Grudisul pelo Grupo Bel

Notificação da compra da empresa do Algarve tinha sido feita no início deste mês. Foi aprovada sem oposição. Contrato deverá ser concluído nos próximos dias.

TEXTO **MARGARIDA VAQUEIRO LOPES**
margarida.lopes@dn.pt

A Autoridade da Concorrência (AdC) deu luz verde à compra da Grudisul pelo Grupo Bel – acionista do Diário de Notícias – durante o dia de ontem. Um passo que o grupo liderado por Marco Galinha considera “decisivo” para a sua estratégia de crescimento.

“Este parecer positivo, comunicado oficialmente, abre caminho para a celebração do contrato definitivo de compra e venda das participações, que deverá ocorrer nos

próximos dias”, refere ainda o Grupo Bel em comunicado.

A Grudisul tem, na sua atividade, o comércio de cafés, produtos alimentares e bebidas. A empresa distribui ainda brindes, artigos de papelaria e tabacaria, perfumaria, cosméticos, têxteis e comercializa combustíveis, pneus, lubrificantes e presta serviços de reparação automóvel e exploração de minimercados.

O contrato entre as duas empresas deverá ficar fechado nos próximos 15 dias, segundo condições impostas pelo contrato-promessa que tinha sido entretanto realizado entre as partes.

“A aquisição da Grudisul representa um reforço importante da presença do Grupo Bel no setor, consolidando a sua estratégia de diversificação e crescimento sustentável, sempre em linha com as boas-práticas de mercado e a regulação vigente”, lê-se ainda no documento do Grupo Bel enviado às redações.

Grupo Bel aguarda ainda aprovação para a compra da Alcigarve, da Tabacaria L. Lisboa e da Sobral&Renato



Marco Galinha, CEO
do Grupo Bel

“Não podemos fechar os ecossistemas à inovação. Devemos ver as cidades como laboratórios vivos”



LUÍS BAPTISTA-REIS, diretor-geral de Mobilidade e Transportes da Axians, explica o conceito de “Cidade como Serviço” como o próximo passo na evolução urbana. Defende a quebra de “silos” na gestão pública e o uso de “gémeos digitais” para criar ecossistemas mais eficientes e centrados no cidadão. O futuro, diz nesta entrevista ao Dinheiro Vivo, passa por um transporte público como “espinha dorsal” da mobilidade, mas num sistema aberto, que seja capaz de acolher, sempre, a inovação

TEXTO **RICARDO SIMÕES FERREIRA** ricardo.s.ferreira@dn.pt.pt

Como explicaria o conceito de “cidade como serviço” (City as a Service) e quais os seus pilares principais?

Este conceito surge como um passo em frente ao das *smart cities* (cidades inteligentes). Enquanto as *smart cities* se têm focado muito na digitalização e sensorização de áreas como a logística, a mobilidade urbana ou a qualidade do ar, a “cidade como serviço” pretende ir mais além. A ideia é que a cidade orquestre um conjunto de serviços críticos para a vida do cidadão – como transportes, saúde e educação –, de forma que sejam percecionados como um único serviço integrado.

Salvaguardando, sempre, as questões de privacidade: um cidadão poderia ter uma “conta de cidadão” que lhe permitiria aceder de forma coordenada a todos estes serviços. Trata-se de aproximar as infraestruturas inteligentes das necessidades reais das pessoas, que não se movem em abstrato, mas sim para ir trabalhar, à escola ou ao centro de saúde. O objetivo é usar a tecnologia para personalizar e oti-

mizar estes serviços de forma integrada.

Como se pode fazer essa integração? Pela digitalização?

Sim, mas para isso é também necessário romper os silos que existem na gestão das cidades. Atualmente, o setor dos transportes opera de forma isolada do setor da higiene urbana, que por sua vez opera isolado da educação ou da saúde. É preciso criar interconexões. Dou um exemplo simples: grande parte dos desafios de mobilidade nas cidades está relacionada com a insuficiência do transporte escolar. Com a tecnologia, poderíamos ter uma melhor coordenação entre os horários dos transportes públicos e os horários das escolas para garantir maior fluidez no trânsito. Outro exemplo é o envelhecimento da população: poderíamos criar mecanismos para uma melhor orquestração entre os serviços de transporte e os de saúde, de modo a que um idoso, ao marcar uma consulta, recebesse imediatamente uma sugestão de transporte confortável e adaptada.

Tendo em conta a descoordenação que por vezes existe dentro da própria Administração Pública, quais são os principais desafios à implementação desse conceito?

A tecnologia não funciona sozinha; não basta atirá-la para cima dos problemas. É fundamental desenhar bons processos, boas

formas de organização e bons modelos de governança. Os maiores desafios são, portanto, políticos e institucionais. É preciso vontade para quebrar os silos existentes. Além disso, enfrentamos desafios de interoperabilidade, tanto ao nível dos sistemas como dos dados, que muitas vezes estão isolados e atomizados. Naturalmente, a transição para um suporte mais digital levanta também desafios de cibersegurança e resiliência, que têm de ser garantidos.

É possível estimar o retorno do investimento para convencer as autoridades públicas a investir na transformação?

Absolutamente, e é fundamental fazê-lo. Embora nem sempre seja fácil tangibilizar um aumento de 15% ou 20% na eficiência dos serviços públicos, estamos a seguir exemplos internacionais e a desenvolver os nossos próprios cenários com recurso a *digital twins* (gémeos digitais). Os exemplos internacionais mostram resultados interessantes: a Estónia, por exemplo, tem aplicado Inteligência Artificial nas escolas para direcionar o ensino aos perfis dos alunos e garantir maiores taxas de sucesso. Singapura criou um gémeo digital de toda a cidade que permite reduzir os tempos de resposta a incidentes de forma muito significativa.

O que é exatamente um “gémeo digital” de uma cidade?

É um modelo digital da cidade composto por diferentes camadas – transportes, saúde, educação, etc. – que estão interligadas. Esta ferramenta permite fazer duas coisas: agir em tempo real e simular cenários futuros. Num cenário de catástrofe, por exemplo, um gémeo digital pode ajudar a orquestrar em tempo real a resposta da proteção civil, mobilizando transportes, saúde e segurança para socorrer as pessoas eficientemente. Fora de emergências, permite criar cenários para antecipar problemas, agir preventivamente e eliminar erros. É uma tecnologia que ainda está a dar os primeiros passos, mas já com aplicações massivas em alguns locais, como Singapura.

Já houve contactos com a Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo, para a criação de um gémeo digital da cidade?

Temos tido contactos com vários municípios, mas de momento não há mais informação a adiantar.

“A tecnologia não funciona sozinha; não basta atirá-la para cima dos problemas. É fundamental desenhar bons processos, boas formas de organização e bons modelos de governança. Os maiores desafios são, portanto, políticos e institucionais. É preciso vontade para quebrar os silos existentes”

Além da gestão de crises, de que outras formas pode um gémeo digital ser uma ferramenta de planeamento?

A grande vantagem destas ferramentas é precisamente permitir-nos desenhar cenários e futuros. Por exemplo: hoje, Lisboa tem movimentos pendulares que duplicam a sua população diariamente. Se há 20 ou 30 anos tivéssemos usado uma tecnologia destas, se ela existisse à época, provavelmente o planeamento da área metropolitana teria sido mais eficiente, aproximando o emprego, as escolas e os serviços dos locais de residência. Olhando para o presente e para o futuro, agora, podemos usar estas ferramentas para, por exemplo, desenhar novas redes de transporte de forma muito ágil, perceber onde é necessária uma nova carreira de autocarro, como integrar a eletrificação da frota ou como articular a rede principal com transportes de última milha, como as bicicletas partilhadas. Em última análise, são ferramentas potentes para o planeamento do território como um todo, integrando transportes, habitação, emprego, saúde e gestão de resíduos.

Não é um pouco como jogar SimCity na vida real?

Num certo sentido, é um bocadinho [risos]. A grande diferença é que se baseia em informação real e em dados gerados em tempo real, permitindo uma extrapola-

ção verdadeira a partir do que já existe.

Com todo o foco nos transportes públicos, como fica o transporte individual e privado?

A tecnologia não faz política, tem de estar ao serviço de boas políticas públicas. Do ponto de vista concetual, o transporte público deve e tem de ser a espinha dorsal (o *backbone*) da mobilidade nas cidades por razões de descarbonização, eficiência e inclusão. Contudo, deve estar interconectado com outros meios de transporte, como o estacionamento, para que as pessoas possam, por exemplo, deixar o carro elétrico a carregar e apanhar um transporte público para o centro. O objetivo é garantir uma tal eficiência no ecossistema de transportes, como um todo, que a opção de deixar o automóvel individual se torne racional e vantajosa para todos.

Vimos, no passado, uma abordagem de forte regulamentação para restringir o uso do carro de forma administrativa. Não seria mais eficiente focar-se em oferecer melhores alternativas e permitir uma evolução mais natural das respostas, como vimos com o surgimento das trotinetes, que ninguém previu o seu êxito?

Acredito que as cidades têm de caminhar para criar as melhores condições para que as pessoas usem menos o automóvel. Isso passa por melhorar a qualidade do transporte público, mas essa melhoria deve ser acompanhada de medidas que restrinjam a circulação automóvel; as duas coisas não são incompatíveis. Dito isto, os sistemas devem ser abertos à inovação. O transporte público deve ser a espinha dorsal, mas tem de haver espaço para que novos serviços – como as trotinetas ou outras soluções que possam surgir – se integrem neste ecossistema. O problema inicial das trotinetas foi o seu crescimento descontrolado, mas hoje a sua integração no sistema é muito mais harmoniosa. Não podemos fechar os ecossistemas à inovação. Pelo contrário, devemos ver as cidades como laboratórios vivos.

Mas a inovação tecnológica parece avançar a um ritmo muito superior à capacidade de adaptação da esfera política e regulatória. Como podemos garantir que não ficamos para trás?

É um facto que a Europa está a ter dificuldade em acompanhar o

ritmo de implementação de novas tecnologias, como os veículos autónomos, em comparação com os EUA ou a China. É fundamental não perder de vista estas disrupções. A forma de o fazer é desenhar os sistemas atuais de forma a que não se fechem a tecnologias que ainda nem conseguimos prever. Para isso, é crucial estimular um ciclo virtuoso de colaboração e fertilização cruzada entre o poder político, as empresas e as universidades, para sermos capazes de desenvolver soluções de base nacional e não termos de as importar daqui a 10 ou 20 anos.

Com que universidades colabora a Axians e como funciona essa ponte a nível internacional?

Colaboramos com várias universidades, como o Instituto Superior Técnico e a Nova. A nível internacional, a Axians faz parte do Grupo Vinci, que está presente em cerca de 30 países, o que nos permite ter diferentes colaborações e criar pontes sempre que aplicável.

Então, o calcanhar de Aquiles de todo este processo é a Administração Pública portuguesa...?

Eu não colocaria as coisas dessa forma, porque seria injusto. Diria que seria importante haver mais agilidade nas relações de parceria e inovação entre as Administrações, as empresas e as universidades. Sinto que as coisas têm vindo a melhorar e que há uma maior consciencialização, ainda que o processo seja lento.

Imagina um futuro em que tudo, numa cidade, é um serviço, ao ponto de os apartamentos serem vendidos sem cozinha porque a alimentação é apenas mais um serviço de entrega?

Percebo o receio de que a tecnologia nos possa desumanizar a esse nível, mas não acredito que isso vá acontecer. Olho para a tecnologia como algo que vai melhorar bastante a nossa vida, simplificando tarefas, mas sem nos desumanizar – um pouco como as preocupações que existiram na Revolução Industrial. Nós vamos continuar a ter jantares de família e a conviver com amigos. A tecnologia vai, na minha opinião, libertar-nos para fazermos o nosso melhor e ajudar-nos naquilo que pode ser uma sobrecarga. Já se vendem apartamentos sem cozinha em Nova Iorque há muitos anos, mas creio que isso serão sempre questões de opção individual e não algo imposto pela tecnologia.

AS PERSONAGENS

LUÍS BAPTISTA-REIS

Luís Baptista-Reis é o *general manager* da Unidade de Negócios de Mobilidade e Transporte na Axians em Portugal. Com formação académica pelo Instituto Superior Técnico, em Lisboa, possui uma licenciatura de cinco anos em Engenharia Química e um Mestrado em Gestão de Engenharia e Tecnologia. Antes da sua atual posição, e demonstrando o seu foco na área da mobilidade, terminou um segundo mandato como vice-presidente da Associação Portuguesa do Veículo Elétrico (APVE). É autor de artigos de opinião sobre a evolução das cidades, focando-se em conceitos como “Cidade como Serviço” (*City as a Service*) como um passo além das *Smart Cities* tradicionais.

AXIANS

Axians é a marca do Grupo Vinci Energies dedicada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e à transformação digital. Atuando como uma rede internacional, a empresa foca-se em fornecer soluções tecnológicas personalizadas para ajudar os seus clientes nos processos de transformação digital e transição energética. Em Portugal, a Axians está envolvida em projetos digitais de grande complexidade e promove iniciativas como os *Portugal Digital Awards*, em parceria com a IDC, para premiar projetos inovadores em organizações nacionais.

Jogos Asiáticos de Inverno em risco

Está a derreter o incrível projeto do príncipe Mohammed bin Salman de construir pistas de esqui com neve artificial para o evento de 2029. China e Coreia do Sul de sobreaviso como alternativas

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA** geral@dinheirovivo.pt

Entre as coisas que o dinheiro não pode comprar estão, segundo a Engenharia, um depósito capaz de armazenar 2,7 milhões de metros cúbicos de água para fazer neve. Eis a razão, técnica, para o provável congelamento do sonho de Mohammed bin Salman, príncipe herdeiro da Arábia Saudita, de organizar os Jogos Asiáticos de Inverno de 2029 no seu riquíssimo, mas escaldante, país.

A menos de quatro anos da data prevista para a cerimónia de abertura da primeira prova do género no Médio Oriente, a construção do principal *resort* de esqui, em Trojena, nas Montanhas Sarawat, enfrenta muitos atrasos e, por isso, um crescente ceticismo, revelou o *Financial Times*.

Autoridades em Riade já mantiveram até discussões informais com o governo chinês sobre eventual alteração na sede do evento. E o Comité Olímpico Coreano confirmou que o Conselho Olímpico Asiático, que supervisiona o torneio, também perguntou se a Coreia do Sul estaria disposta a substituir a Arábia Saudita como sede dos Jogos Asiáticos de 2029. Nesse caso, Riade ficaria com a edição de 2033.

Os Jogos foram atribuídos à Arábia Saudita em 2022, após Mohammed bin Salman, que pretende fazer do país um centro global de turismo e desporto que não dependa, exclusivamente, do petróleo, apresentar uma proposta – em computador, claro – de um *resort* construído do zero nas montanhas, com uma vila alpina futurista, um lago artificial entre picos es-

19

Os milhares de milhões de dólares estimados para a construção de um resort de neve no deserto. Mas relatórios não-oficiais já falam em mais de 500 mil milhões...

2,7

Os milhões de metros cúbicos de água que um lago artificial tem de produzir para alimentar os esforços de produção de neve

4

Os anos que faltam para a suposta cerimónia de abertura dos Jogos

carpados e encostas equipadas com neve artificial, em Trojena,

Entretanto, os preços do petróleo caíram, os défices orçamentais aumentaram e a construção do ambicioso projeto saudita Neom, a cidade do futuro que incluiria, além de Trojena, o *The Line*, um “arranha céus

horizontal” e a Sindalah, uma ilha de luxo, atrasa os prazos, segundo a Bloomberg. Os custos de Trojena foram estimados em 19 mil milhões de dólares, mas relatórios não-oficiais já falam em 500 mil milhões só no *resort* de inverno, o custo total previsto para toda a Neom.

“Embora as autoridades sauditas não tenham reconhecido publicamente os contratemplos em Trojena, pessoas próximas ao projeto afirmam que há preocupações com o não-cumprimento das metas”, escreve o *site Snow Brains*, especializado em desportos de inverno.

Construir um local para desportos de inverno do zero num país desértico com pouca neve natural revelou-se, como muitos previram, um desafio muito maior do que o suposto inicialmente pelas autoridades sauditas. Os organizadores afirmavam que o terreno de alta altitude perto da costa do Mar Vermelho proporcionaria condições frias suficientes nos meses de inverno. Mas, acrescenta ainda investigação da Bloomberg, o enorme lago artificial que deveria alimentar os esforços de produção de neve em Trojena teria de armazenar 2,7 milhões de metros cúbicos de água, o que está além das capacidades atuais da Engenharia.

Os observadores mais céticos dizem ainda que, mesmo que Trojena seja concluída, a Arábia Saudita enfrentará desafios logísticos assustadores. Os mais otimistas, por sua vez, lembram que o reino já demonstrou capacidade de realizar espetáculos de grande escala. Pelo sim, pelo não, o melhor é os atletas prepararem-se para viajar para a China ou para a Coreia do Sul.

OPINIÃO
Nuno Botelho



Imposto Mortágua: a luta continua?

Inscrita no OE 2017, a taxa adicional ao IMI – conhecida como Imposto Mortágua – é uma das reminiscências fiscais do tempo da *Geringonça* que, à semelhança de outras iniciativas desse período, continua a fazer estragos injustificados. Neste caso particular, sobre o mercado de habitação.

Pensada na lógica de “taxar os ricos” e sob o pretexto de contribuir para o reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social, a medida não passa de um ataque velado à propriedade privada, que considera imóveis de 600 mil euros como um bem de luxo e gera efeitos contrários à suposta ideia de Justiça Social com que foi concebida. Basta ver o impacto que tem sobre o setor imobiliário: ao penalizar o investimento privado, o imposto inflaciona o valor dos imóveis e torna mais difícil a aquisição de casa própria. Por outro lado, incentiva os senhorios a aumentarem as rendas, passando o custo da sobretaxa para os inquilinos.

Neste círculo vicioso – vendido pelos seus criadores como virtude –, nem a capitalização da Segurança Social colhe como argumento. De acordo com os cálculos que a Iniciativa Liberal fez no ano passado, quando tentou reverter a medida no Parlamento, a receita anual média do Imposto Mortágua foi de cerca de 150 milhões de euros. O que, como foi bem assinado, daria para pagar apenas três dias de pensões e prestações sociais, a valores de 2024.

Tratando-se de uma lei injusta, preconceituosa e que não gera qualquer efeito positivo, além de reforçar circunstancialmente os cofres do Estado, seria razoável que já não estivesse em vigor. Mas o Governo da AD, com o equilíbrio político frágil que existia, inviabilizou a proposta de reversão da IL e manteve a medida, como moeda de troca para o OE 2025 passar. No atual quadro parlamentar e com nova discussão orçamental a aproximar-se, não há qualquer motivo para perpetuar este castigo fiscal, que apenas contribui para termos um mercado habitacional mais rígido e distorcido.

Se a AD quer impor uma agenda reformista no país e adotar políticas alternativas ao modelo de governação da última década, tem nesta questão uma boa oportunidade de o fazer. Dizendo claramente que a luta de Mortágua contra “as fortunas” e o “negócio” não é para continuar.

Presidente da Associação Comercial do Porto

“Tratando-se de uma lei injusta, preconceituosa e que não gera qualquer efeito positivo, (...) seria razoável que já não estivesse em vigor”